Colecção Infância
Coordenada por JÚLIA FORMOSINHO

Infância, Família e Comunidade

As crianças como actores sociais

TERESA SARMENTO (*org.*)
FERNANDO ILÍDIO FERREIRA
PEDRO SILVA
ROSA MADEIRA

14

PORTO EDITORA

À laia de prefácio

Os textos reunidos nesta obra falam-nos de práticas onde a criança é sujeito – construtora de um espaço e de um quotidiano com significados para ela própria e parceira do adulto nos processos de desenvolvimento e de requalificação das comunidades e das próprias escolas.

Esta possibilidade, de que se dá conta, de construção de uma criança com voz e reconhecida, indutora de novos estares profissionais e dos adultos, constitui, sem dúvida, uma nota de optimismo que não pode, no entanto, levar-nos a perder de vista o facto de, como diz Rosa Madeira, a criança ser, em geral, uma "categoria vulnerável" definida por "um tempo de espera e de dependência".

A verdade é que, ao longo destes últimos escassos dois séculos, a criança, em particular a dos meios desfavorecidos, passou da situação de recurso desvalorizado do adulto a reserva de futuro da sociedade em geral. Não adquiriu o estatuto de sujeito autónomo, interlocutor credível dos demais sujeitos.

Com efeito, não há muito, na Europa – e, ainda hoje, em diversos países mundo fora – a criança dos meios desfavorecidos mais não era do que mão-de-obra barata, complemento para os rendimentos de fome de grande número de famílias. As primeiras leis, abolindo o trabalho de crianças com menos de 9 anos, não têm 200 anos e só lentamente se generalizaram, a partir de Inglaterra, a outros países da Europa: nos finais do século XIX ainda vemos Zola a descrever a vida infernal levada por crianças em minas de carvão, de França, e, em pleno século XX, Soeiro Pereira Gomes fala-nos dos "homens que nunca foram meninos".

Sobreexploradas, trabalhando na dependência de um adulto, também explorado, apresentavam em relação a este, como diferença, o facto de não serem ouvidas nem achadas na formulação de reivindicações que aqui ou ali faziam os trabalhadores.

Como é evidente, nem todas as crianças dos meios desfavorecidos trabalharam no passado (e trabalham no presente). Muitas dedicaram-se à mendicidade e ao roubo. Mas mesmo essas, na sua grande maioria, integradas em bandos, controladas e orientadas por adultos e funcionando assim, de facto, como suas fontes de rendimento. Assim o mostra, com toda a crueza, Charles Dickens… Em alternativa, viam-se enfiadas em asilos, conduzidos com mão de ferro, por adultos que recebiam subvenção por cada "cabeça" à sua guarda.

Aparentemente, a democratização do ensino, a generalização da escolaridade obrigatória, associadas a proibições de exploração do trabalho infantil, vieram trazer a libertação e promoção da criança… A verdade é bem outra.

Concebida como um instrumento de libertação da ignorância das vastas camadas iletradas da população (a atingir, em alguns países, cerca de 90%), a escola acabou, de facto, por ser perspectivada não como um espaço de emancipação mas de preparação das crianças para a sociedade dos adultos. Não estava, nem está em causa, com a escola e as paraescolas criadas, o respeito e defesa de uma "cultura de infância", o reconhecimento de um estatuto próprio da criança, feito de competências e de significados específicos, a sua assunção enquanto actor social pertinente à qualificação da sociedade e das comunidades, mas sim o seu treino, a sua capacitação para as exigências da estrutura societária… Não há crianças na maioria das nossas escolas; há alunos… Não há sujeitos com um projecto para o presente; há aprendizes de um devir que os espera… Não há promoção; há enquadramento e protecção.

Mais recentemente, nos últimos 10 a 15 anos, muito como consequência do facto de ter aumentado a capacidade reivindicativa e crítica das famílias – mas também por efeito das correntes pedagógicas que a partir da escola reconhecem a família como educador primeiro da criança –, assiste-se a uma maior preocupação de diálogo com esta. Mas, como nos mostram os textos que se incluem nesta colectânea, raramente tal diálogo aparece mediado pela criança, raramente tal diálogo se transforma no "triálogo" que se impõe.

A verdade é que na família, como na escola, a representação sobre a criança faz do adulto o seu curador e gestor: uma e outra, em nome de um futuro de sucesso, negam-lhe o direito a um presente próprio, decidem sobre esse seu presente.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem constitui, sem dúvida, um acto de vontade em favor da não exclusão da criança. Significou um passo de gigante no sentido da defesa da infância, da libertação das diferentes formas de exploração e discriminação de que eram vítimas, de condenação de qualquer trato desumano.

Mas, se atentarmos nos conteúdos do seu articulado, pode verificar-se que lhe está subjacente uma mera perspectiva proteccionista, para não dizermos assistencialista: traduz-se, na prática, numa enumeração de direitos *a que a criança tem direito; de nenhuma forma consagra os seus* direitos de*, para usar as palavras de Guy Berger*[1]*. A criança não emerge nela como um sujeito parceiro, como um sujeito de desenvolvimento, mas como um objecto das atenções do adulto.*

A construção social da criança, o reconhecimento da sua cultura própria e do seu espaço de significados, para que apontam os textos desta colecção, não nega, como é evidente, que ela careça de interagir com os adultos. O livro de Júlio Verne "Dois Anos de Férias" *pode ser cativante, mas é, sem dúvida, irrealista: a criança precisa do adulto, da sua influência, dos seus ensinamentos, para crescer. A questão está*

[1] BERGER, G. (2004). "Reflexões sobre democracia, participação e cidadania". *In* J. A. Correia e R. d'Espiney (org.), *Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local,* pp. 13-30. Setúbal: ICE.

em saber se estas relações intergeracionais se fazem numa lógica de dependência ou de parceria. A verdade é que não basta ouvir as crianças; é preciso responder-lhes. Não basta acompanhá-las; é preciso promovê-las.

Como ressalta da leitura dos quatro textos desta colectânea, a passagem da "categoria "vulnerável", que é hoje a da criança, à categoria de cidadão activo pressupõe que os profissionais que com elas lidam e os adultos por elas responsáveis – sem perderem o seu papel referente e, porque não dizê-lo, de catalisadores dos processos do seu desenvolvimento – pensem a criança no seu presente enquanto sujeitos de hoje e não enquanto reservas do futuro.

É claro que há crianças e crianças: também elas estão atingidas pelas desigualdades que estruturam as sociedades dos adultos. As práticas culturais de uma criança de meio rural em desestruturação ou de meio periférico urbano não são iguais às dos meios privilegiados. Em quaisquer circunstâncias, o importante a reter é que as dificuldades para lidar com as primeiras não resultam, em geral, das crianças, mas da inadequação das estruturas destinadas a acolhê-las. É essa a conclusão que retiramos da leitura dos textos que se seguem.

Parafraseando o cantor catalão Paco Ibáñez diria, para terminar: "A criança é uma promessa carregada de presente".

Rui d'Espiney

INTRODUÇÃO

O livro *Infância, Família e Comunidade: As crianças como actores sociais* constitui o primeiro volume da linha editorial *Infância, Família e Comunidade*, integrada na Colecção Infância, procurando dar seguimento ao propósito de contribuir para o estudo aprofundado das questões que se prendem com o mundo educativo das crianças. De acordo com a especificidade desta linha, o presente livro parte da conceptualização da criança como actor social, agente activo nos contextos em que participa, abordando diferentes relações que se estabelecem entre as crianças, as famílias e as comunidades.

A criança como actor social é a base para a abordagem teórica de conceitos a este associados, tais como a participação, a socialização, a intervenção e toda uma ramificação dos mesmos que se explicitem em processos educativos que ajudam a dar forma aos mesmos, ou seja, as relações intergeracionais, os projectos educativos, a colaboração, a pesquisa e, daqui, a construção de práticas efectivas que viabilizam a acção interventiva das crianças e o reconhecimento social da mesma.

Este livro constitui uma obra colectiva, construída por quatro investigadores que desde há muitos anos vêm problematizando a relação famílias-infâncias-comunidades, quer de forma individual, quer integrados em projectos comuns. O processo de construção de *Infância, Família e Comunidade*: *As crianças como actores sociais* constituiu-se como um processo de reflexão em grupo, realizado em vários encontros entre os quatro autores, bem como na presença em dois congressos para discussão alargada a outros investigadores com os quais pudemos dialogar sobre os conceitos básicos dos estudos em presença e reconstruir a análise dos projectos específicos tratados em cada um dos artigos.

Todos os artigos aliam a reflexão teórica a estudos empíricos, realizados, orientados ou acompanhados pelos presentes autores, o que corresponde quer às perspectivas epistemológicas seguidas pelos mesmos para a construção do saber profissional no campo educativo, quer ao propósito de o livro se disponibilizar a um leque amplo de profissionais que integre investigadores, educadores, professores, pais e outros elementos comunitários. Os quatro investigadores em presença inscrevem-se em paradigmas interpretativos, desenvolvendo estudos com base em metodologias qualitativas, assumindo a participação e a intervenção como componentes de construção de conhecimento de forma colaborativa.

O primeiro capítulo da obra, da autoria de Pedro Silva, analisa o complexo processo de interacções sociais, focalizando-se no papel desempenhado pelas crianças e pelas comunidades enquanto sujeitos na relação das escolas com as famílias. Com base numa pesquisa etnográfica, o autor procura entender como a clivagem sociológica, em termos de classe social e de género, influencia as interacções entre estes dois contextos. Uma das questões que emergiu do seu estudo foi a da pluralidade e do peso dos distintos actores sociais em presença na relação escola-família-comunidade, contrariando a visão redutora de que essa relação se estabelece unicamente entre pais e professores. Desde logo emerge o papel da criança, por quem, para quem e com quem ela

se realiza, mas também as associações de pais, as autarquias, os ATL, as organizações locais que podem ter uma relação privilegiada com a escola (centros recreativos e culturais, empresas, bibliotecas, centros de saúde, clubes desportivos…), as amas, os explicadores, as próprias comunidades... Em regra, pais e professores constituem-se como actores centrais da relação, tendendo os restantes a surgirem como periféricos; no entanto, alguns destes podem também assumir-se como actores centrais. Cada dinâmica local varia, por vezes fortemente, em função do respectivo contexto.

Teresa Sarmento, no segundo capítulo, desenvolve o tema da cidadania das crianças, partindo da análise de projectos educativos baseados em metodologias participativas. Para além da singularidade de cada projecto, é possível deslindar, na sua transversalidade, como o desenvolvimento dos mesmos permite aos protagonistas uma reflexão nova sobre a educação, a vivência de relações intergeracionais especialmente significativas numa sociedade tendencialmente segmentada por idades, o usufruto de momentos de bem-estar, a satisfação e muita alegria considerada como componentes fundamentais para o desenvolvimento educativo, a redefinição de espaços de convivência social, enfim, a promoção da cidadania. A autora defende que o exercício da cidadania é hoje entendido como um dever e um direito a usufruir, pese embora o facto de nem sempre ser claro como se vive esse direito e quem são, de facto, os cidadãos. A partir da desmontagem deste pressuposto, Teresa Sarmento pretende desocultar o protagonismo das crianças neste processo, considerando a cidadania como experiência no presente e não apenas no futuro. O desenvolvimento da democracia veio trazer à luz do dia novos ideais e novos valores de que se salienta a cidadania como prática de colaboração e possibilidade de intervenção e de tomada de decisões relevantes em todos os quadrantes da vida social, assim, portanto, também no campo da educação. Neste sentido, as práticas de cidadania implicam uma construção participativa e cooperada entre crianças, jovens, pais, professores e comunidade, que pode acontecer na promoção de projectos educativos de base comunitária.

No terceiro capítulo, Fernando Ilídio Ferreira analisa criticamente as características da forma escolar convencional, baseada em mecanismos de segmentação etária com que a escola se especializou no ensino das crianças, em que a socialização e a aprendizagem passaram a ser reguladas por programas estruturados, por espaços e tempos específicos, por formas de agrupamento dos alunos em turmas e anos de escolaridade. Enquanto lugar especializado da educação das crianças, a escola foi-se constituindo como um mundo à parte, separado de outros mundos e práticas sociais, como o trabalho e a cidadania, nas quais se considera, frequentemente, que só participam os adultos. O autor defende a requalificação e a imaginação de outras modalidades educativas capazes de resgatar a participação e a cidadania para o espaço público e comunitário da educação. Nesse sentido, sugere uma perspectiva intergeracional de educação, que tem vindo a ser pensada e concretizada, sobretudo a partir da década de 80 do século XX, em termos de convivência e aprendizagem colectiva. Nuns casos, esta perspectiva intergeracional tem sido explícita em políticas, instituições, serviços e programas, como é o caso dos "centros intergeracionais", noutros casos tem estado implícita em diversos projectos e experiências de intervenção sociocomunitária promotores de relações e interacções entre crianças, jovens e adultos. É um destes casos que é descrito e analisado neste capítulo – o projecto OUSAM, de Paredes de Coura – procurando

reflectir sobre o que podemos aprender com a experiência de um projecto de animação infantil e comunitária desenvolvido a partir do início dos anos 80 do século XX. Desde a sua génese, as crianças foram consideradas actores sociais e parceiros no seu processo de socialização e em processos de desenvolvimento comunitário, assumindo um papel de mediação com as famílias, as escolas e as comunidades nas freguesias mais dispersas e isoladas do concelho. Por outro lado, a comunidade não foi vista como algo que preexiste à intervenção, mas antes como um processo socialmente construído através das relações e interacções entre os participantes – crianças, jovens e adultos –, sendo reconhecido à criança, nesse processo, o estatuto de actor social e a necessidade e o direito que ela tem de jogar e de brincar, na sua condição de criança e não apenas de aluno.

Rosa Madeira, no quarto capítulo, revisita criticamente dois processos de intervenção comunitária em que as crianças participaram activamente na resolução de problemas que eram percepcionados pelos adultos – pais, profissionais e outros agentes da comunidade – como circunstâncias de risco ou como obstáculos à normalidade dos seus percursos de desenvolvimento, aprendizagem e inserção social. Estes dois processos constituem uma entrada para a análise sobre as potencialidades da participação das crianças, imaginada como uma relação de parceria com os adultos, abordagem que procura criar condições para aprofundar a discussão aberta e estimulada pela sociologia da infância sobre a importância de se atender às concepções de infância que estão na base das decisões e das práticas dos adultos. A autora sustenta que esta discussão poderá contribuir para a problematização da invisibilidade e consequente desqualificação do papel social activo que as crianças desempenham na estruturação e significação das relações sociais que são reproduzidas nas/pelas famílias e escolas, sob o impacto de mudanças económicas, sociais e culturais estruturadas à escala global. É neste contexto da instabilidade dos espaços, dos tempos e das práticas de socialização instituídos que se considera fundamental reconhecer a competência social das crianças como potenciais parceiros dos adultos na resolução dos problemas que as afectam e na reconstrução social do espaço público, visado pela intervenção comunitária.

Por fim apresenta-se uma conclusão em que se sintetizam as ideias transversais aos quatro capítulos, evidenciando algumas das problemáticas que continuarão a ser aprofundadas em livros seguintes, contando-se para isso com o contributo de outros investigadores e/ou profissionais de terreno com obra desenvolvida nestas áreas.